



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0022030-63.2012.8.26.0566** (controle 1058/12)
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 358/2012 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Douglas Henrique Machado Daniel**
 Vítima: **Matheus da Conceição Vieira**

Aos 25 de fevereiro de 2014, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu Douglas Henrique Machado Daniel. Presente o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro** - Defensor Público. A seguir foi uma testemunha de acusação. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha Ionaldo, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: DOUGLAS HENRIQUE MANOEL MACHADO, qualificado a fls.08/10, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, "caput", do Código Penal, porque entre os dias 30 de setembro a 23 de outubro de 2012, em local e horário indeterminados, nesta cidade e Comarca de São Carlos, recebeu/adquiriu, em proveito próprio, uma motocicleta Honda /CBX 250, ano 2003, cor vermelha, ostentando placa DCR 8644 – São Carlos-SP (produto de furto – fls. 18/19) bem apreendido à fls. 20 e avaliado a fls. 22, em R\$ 5200,00. Recebida a denúncia (fls.71), houve citação (fls. 81vº) e defesa preliminar (fls.83/84), sem absolvição sumária (fls.85). Houve a suspensão condicional do processo (fls. 110) e revogada posteriormente, em 31/01/2014 (fls. 119). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação na presente audiência. Encerrada a instrução, passo aos debates orais. A ação merece ser julgada procedente. A materialidade está comprovada pelo boletim de ocorrência de fls.18/19, que demonstrou que a motocicleta descrita na denúncia é produto de furto, é ocorrido poucos dias antes do encontro da motocicleta com o réu. O policial informou que o denunciado foi preso em flagrante em poder da moto, produto de furto, não apresentando qualquer documento, nem informando de quem havia adquirido o veículo. Além do mais, conforme laudo de fl. 56, a chave ignição estava danificada. O réu é revel, sendo que na polícia permaneceu em silêncio (fls. 7). Informou, na polícia, que estava desempregado, ficando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

evidente que nem teria como comprar a moto no valor de R\$ 5.200,00. O dolo da receptação está evidenciado pelas circunstâncias do encontro do objeto. O réu não apresentou nenhum documento e nem de quem recebeu a moto. Tudo indica que o réu recebeu o bem produto de furto. A condenação, pois, é de rigor, pois presentes a tipicidade e a ilicitude da conduta. Assim, requero a condenação nos termos da denúncia. Sendo o réu tecnicamente primário. **Dada palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: Requer-se a absolvição do réu. Não basta para a condenação o aspecto externo ou objetivo do crime. A acusação não produziu prova do elemento subjetivo do tipo, consistente no dolo direto. Tratando-se de elemento constitutivo do tipo penal, compete à acusação fazer prova de sua ocorrência. O único policial ouvido disse ter surpreendido o réu de posse da motocicleta. Porém, quando questionado o réu afirmou ter comprado a moto, não fazendo alusão, em momento algum, ao prévio conhecimento da origem ilícita do veículo. A casa onde Douglas guardava a moto pertencia a conhecidos dele. É o que se extrai do depoimento do próprio policial. Esse aspecto não é indício desfavorável ao acusado. Cabe destacar que a única prova produzida, em Juízo, de fato não esclarece se o réu agia com dolo: “não me recordo se ele sabia que moto era furtada”. “Não questionamos o acusado sobre a questão do furto”. “Ele disse que tinha comprado a moto”. Como se vê, a prova do dolo é insuficiente e não permite, sequer, a desclassificação para o crime de receptação culposa. O caso é de absolvição por falta de provas, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do C.P.P.. Se condenado, requer-se pena mínima, regime aberto, conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a concessão do direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. DOUGLAS HENRIQUE MANOEL MACHADO, qualificado a fls.08/10, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, “caput”, do Código Penal, porque entre os dias 30 de setembro a 23 de outubro de 2012, em local e horário indeterminados, nesta cidade e Comarca de São Carlos, recebeu/adquiriu, em proveito próprio, uma motocicleta Honda /CBX 250, ano 2003, cor vermelha, ostentando placa DCR 8644 – São Carlos-SP (produto de furto – fls. 18/19) bem apreendido à fls. 20 e avaliado a fls. 22, em R\$ 5200,00. Recebida a denúncia (fls.71), houve citação (fls. 81vº) e defesa preliminar (fls.83/84), sem absolvição sumária (fls.85). Houve a suspensão condicional do processo (fls. 110) e revogada posteriormente, em 31/01/2014 (fls. 119). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação na presente audiência, encerrando-se a instrução. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a absolvição, sustentando falta de provas da materialidade e do elemento subjetivo do tipo. Subsidiariamente, requereu pena mínima, regime aberto e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** Somente foi ouvida uma testemunha, o Policial José Donizete Camargo. Referida testemunha não soube esclarecer sobre o dolo. Não soube dizer se o réu sabia que a moto era furtada. Apenas mencionou que o acusado lhe disse que comprou a moto, mas não se lembrou por qual valor. Consequentemente, não há evidência clara do dolo, suficiente para a condenação. A prova do inquérito, por si só, não basta. O artigo 155 do CPP exige confirmação, em juízo. Sem ela, não basta que o réu tivesse dito, no inquérito, que estava desempregado, a fim de concluir que ele efetivamente agiu com dolo, ciente de que a moto era furtada. Esta ciência deveria estar comprovada na prova judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Na falta, o quadro é de insuficiência probatória, que conduz à absolvição. É até possível que o réu tivesse praticado o delito, mas, sem a necessária segurança na prova, a absolvição é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo DOUGLAS HENRIQUE MACHADO DANIEL**, com fundamento no artigo 386, VII, do Código Processo Penal. Transita em julgada, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. NADA MAIS. Eu, CELSO DE FLORIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: